



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE - 0086

[2001 a 2500 processos]

Aos 21 dias do mês de março de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes o Juiz Titular RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES (embora atuando no Tribunal), a Juíza Substituta Auxiliar Fixa REGINA RODRIGUES URBANO e o Juiz Substituto RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	SANTA BARBARA D OESTE
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	27/08/1993
Data de Instalação do PJE:	07/11/2012
Data da Última Correição:	28/03/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	2 %
Acervo PJe/Acervo Total:	98 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES	28/07/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
29/02/2016 a 29/03/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
30/03/2016 a 28/04/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
29/04/2016 a 13/05/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
13/07/2016 a 11/08/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
19/09/2016 a 18/10/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
08/02/2017 a 12/03/2017	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/03/2016 a 13/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANDERSON RELVA ROSA	14/05/2016 a 15/05/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	12/08/2016 a 14/08/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
REGINA RODRIGUES URBANO	07/01/2016 a 19/12/2016
REGINA RODRIGUES URBANO	07/01/2017 a 13/03/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
22/06/2016 a 23/06/2016	LICENÇA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
24/06/2016 a 24/06/2016	LICENÇA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
18/07/2016 a 16/08/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
AGUINALDO JUNIOR YAMAMOTO PERES	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	13/09/1995
ALESSANDRA GUARINO KLINKE	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	23/11/2009
CARLOS ADILSON BIGOTO	AJA	FC-04 CALCULISTA	01/10/1993
CRISTIANY CONTRERAS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	03/11/2004
GUILLE PINHEIRO BREDAS	AJ-OJA	-	13/12/2000
LUIS GUSTAVO FERNANDES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	17/02/2011
LUIS VICENTE DONDELLI	AJ-OJA	-	28/03/2013
MARCIA HELENA DOMENICI	TJA	-	17/01/1994
MARIA JOSE DAINEZ	TJA	FC-02 ASSISTENTE	04/11/2004
MILTON ROBERTO DA SILVA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	26/03/2007
PAULO SERGIO SALVADOR	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	27/02/2012
TALITA ALESSANDRA FERRAZ SANCHES	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	18/08/2014
VALERIA MARANHA DOS REIS FERREIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	30/08/1993
WELDER DE OLIVEIRA MORAES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	04/08/2008
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			12
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			15-16 + 3 OJ



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	4
LICENÇA MÉDICA/RGPS	3
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	10
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	15
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	5
TOTAL	37



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
TAINA CAROLINE DOS SANTOS PEREIRA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANDERSON RELVA ROSA	30
REGINA RODRIGUES URBANO	30
RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES	105

SERVIDORES	HORAS
ALESSANDRA GUARINO KLINKE	60
CARLOS ADILSON BIGOTO	18
LUIS VICENTE DONDELLI	2
MILTON ROBERTO DA SILVA	40
PAULO SERGIO SALVADOR	15
TALITA ALESSANDRA FERRAZ SANCHES	32
VALERIA MARANHA DOS REIS FERREIRA	7



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.305	1.336	---
	Aguardando encerramento da instrução	489	860	---
	Aguardando prolação de sentença	77	105	---
	Aguardando cumprimento de acordo	408	367	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.344	4.065	---
	Pendentes de finalização		3.345	4.191
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	361	531	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	350	509	---
	Pendentes de finalização	691	850	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	403	1.461	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	430	604	---
	Pendentes de finalização	446	1.593	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	85	---
TOTAL		4.482	6.720	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	211	202	15
Exceções de Incompetência	13	16	0
Antecipações de Tutela	622	634	7
Impugnações à Sentença de Liquidação	49	31	24
Embargos à Execução	50	61	9
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	7	1
TOTAIS	951	951	56



6 - RECURSOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	707	770	14
Recurso Adesivo	33	36	1
Agravo de petição	63	68	2
Agravo de Instrumento	18	14	4
TOTAIS	821	888	21



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	826	148	198	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.522	236	347	---
Total / Média	2.348	205	309	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	795	149	202	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.371	243	350	---
Total / Média	2.166	208	310	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	410	9	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	914	17	35	---
Total / Média	1.324	15	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	150	107	254	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	438	144	269	---
Total / Média	588	135	266	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	221	243	1.941	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	40	218	1.207	---
Total / Média	261	239	1.864	---

*Do início até a extinção da execução

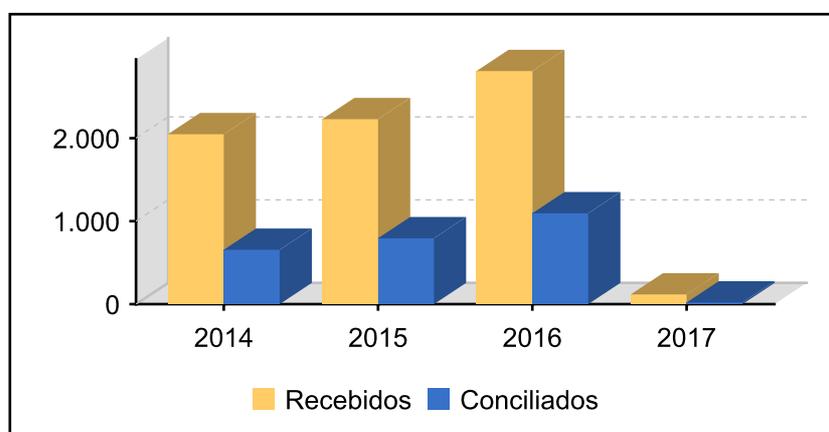


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

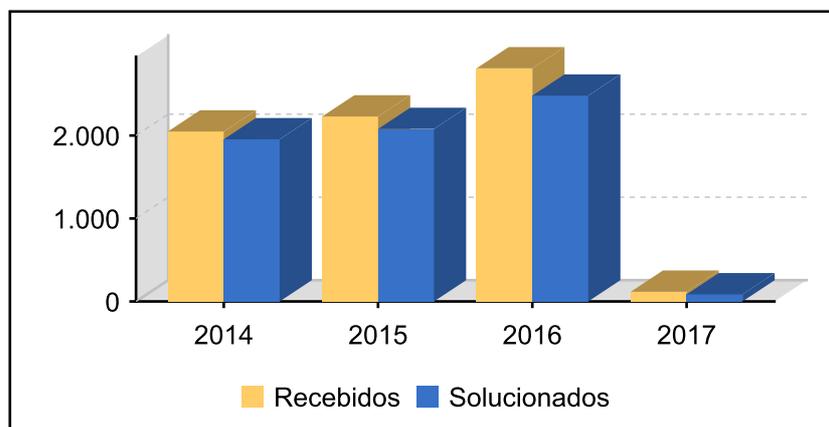
8.1 - Índice de conciliações [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.048	655	31,98
2015	2.229	794	35,62
2016	2.809	1.095	38,98
2017	117	20	17,09



8.2 - Índice de soluções [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.048	1.954	95,41
2015	2.229	2.078	93,23
2016	2.809	2.480	88,29
2017	117	86	73,50



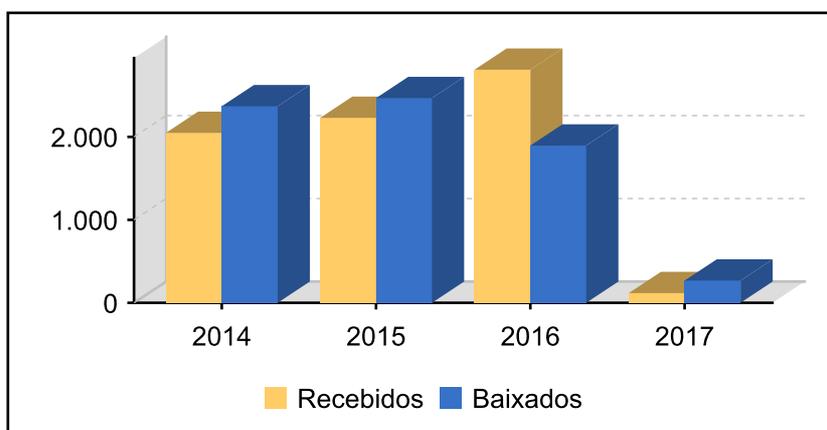


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

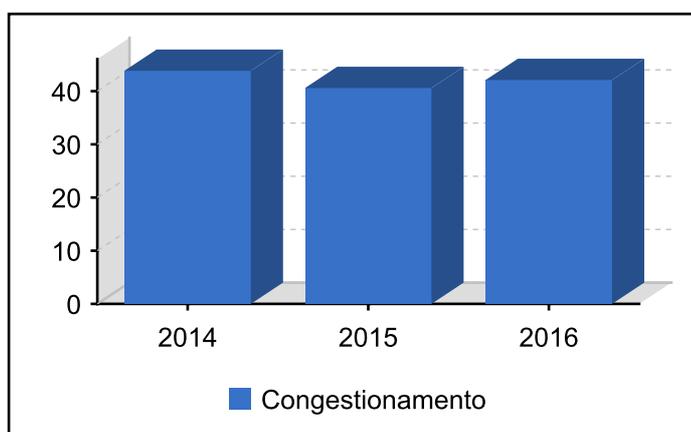
8.3 - Índice de baixas [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.048	2.369	115,67
2015	2.229	2.467	110,68
2016	2.809	1.895	67,46
2017	117	268	229,06



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.431	2.048	1.954	43,83
2015	1.269	2.229	2.078	40,59
2016	1.474	2.809	2.480	42,10

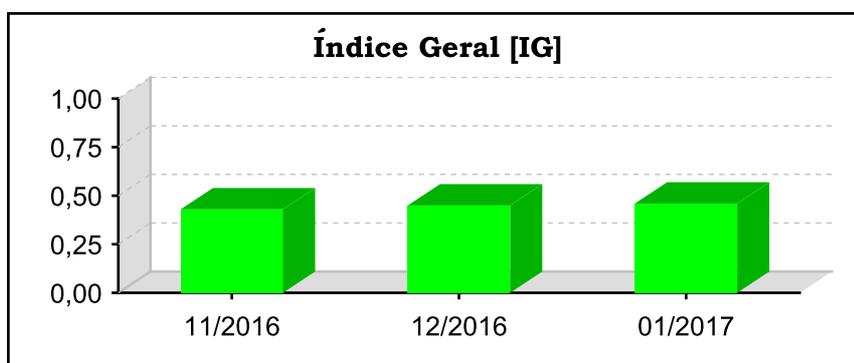
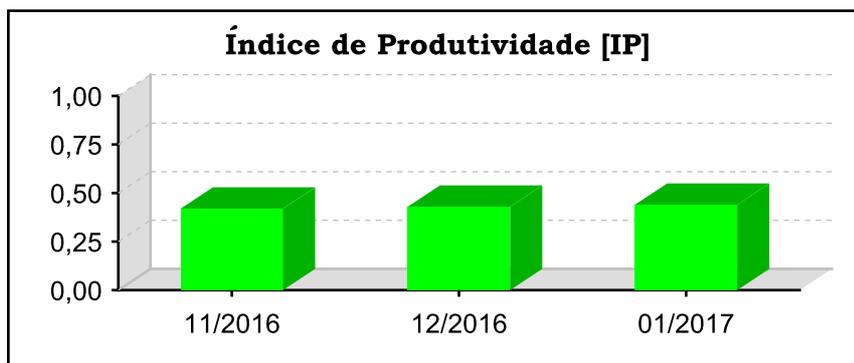
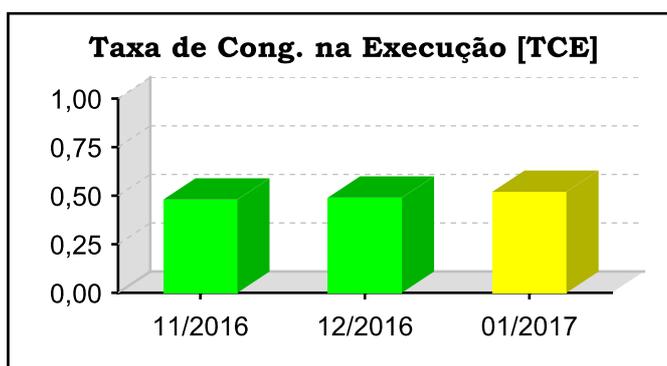
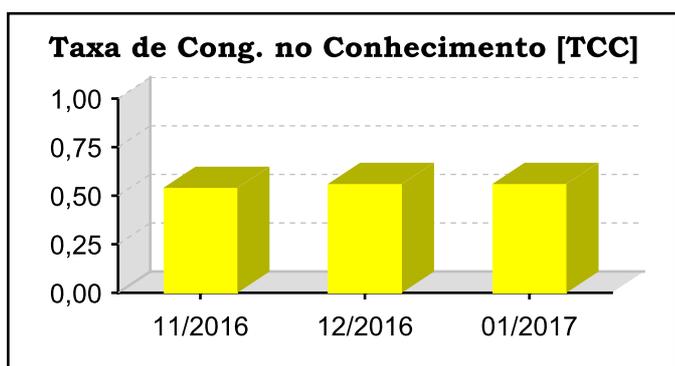




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
11/2016	0,54	0,48	0,42	0,43
12/2016	0,56	0,49	0,43	0,45
01/2017	0,56	0,52	0,44	0,46





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.057	88,1	52,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.110	92,5	55,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.167	180,6	107,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	235	19,6	11,7
Incidentes Processuais Resolvidos	1.066	88,8	53,0
Dias-Juiz	603	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.898	69,6	42,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	47.881	81,4	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	88.779	151,0	93,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.776	31,9	19,7
Incidentes Processuais Resolvidos	34.680	59,0	36,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.919	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.811	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

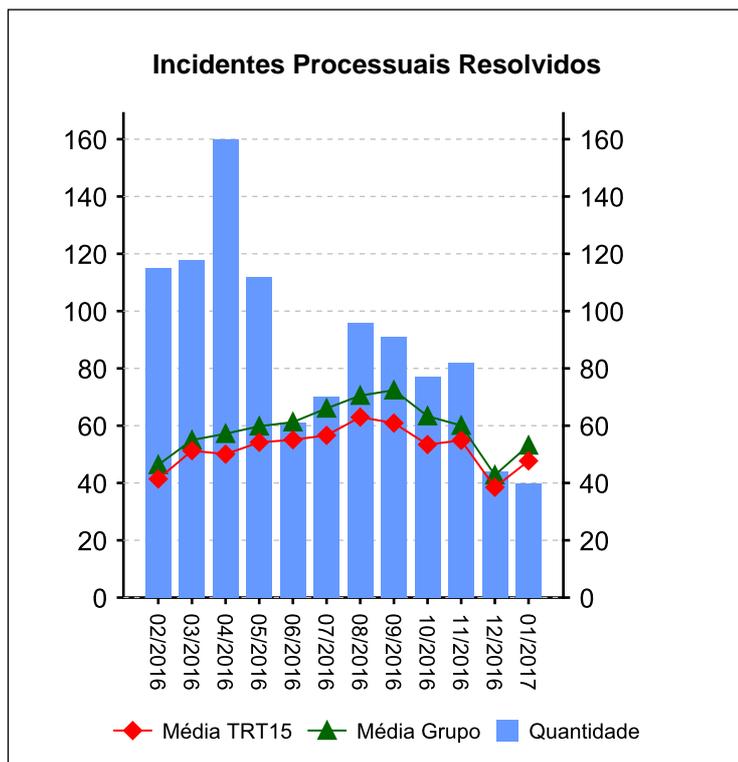
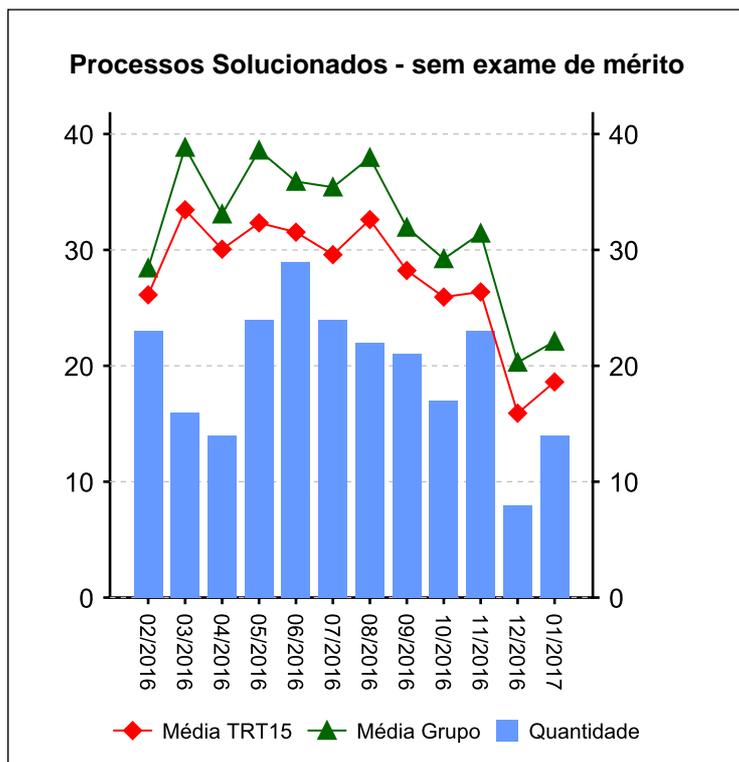
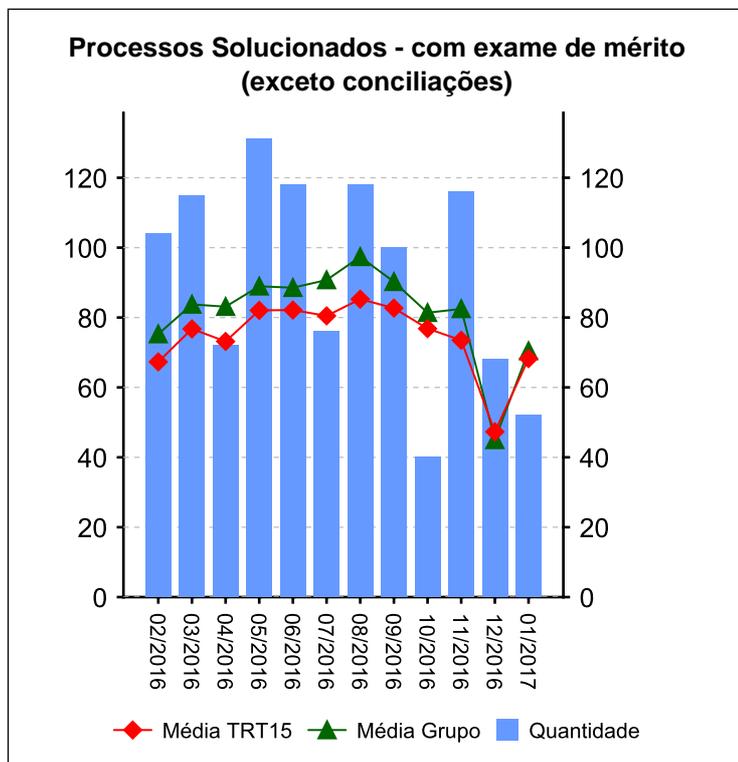
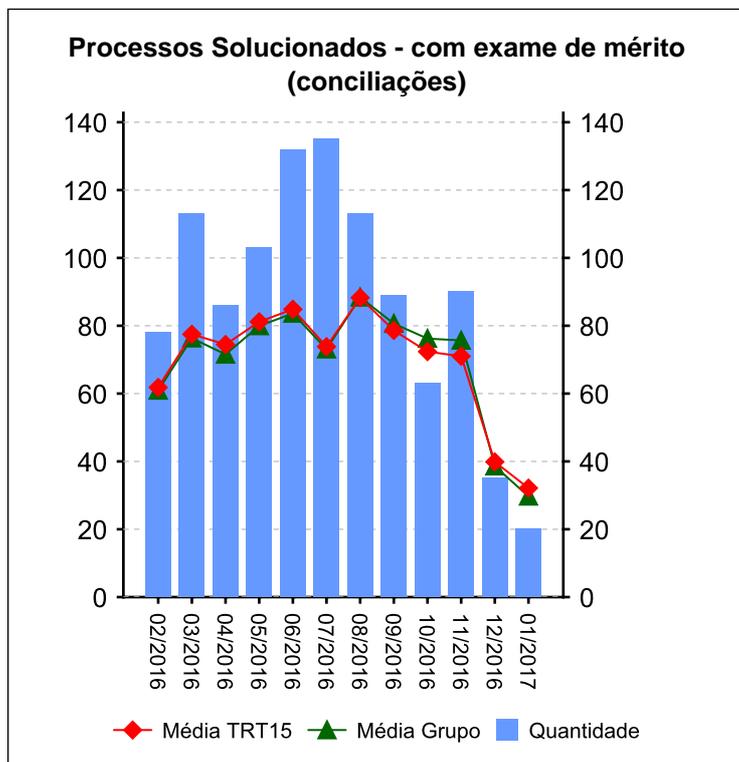
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	2	0,2	0,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	400	33,3	19,9
Sessões de audiência realizadas - una	1.864	155,3	92,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	16	1,3	0,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	75	6,3	3,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.264	188,7	112,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	91	7,6	4,5
Dias-Juiz	603	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	42.055	71,5	44,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	30.044	51,1	31,5
Sessões de audiência realizadas - una	53.109	92,2	55,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	9.644	16,4	10,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	9.824	16,7	10,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	83.153	141,4	87,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	19.468	33,1	20,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.374	73,5	44,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	89.510	48,8	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	154.037	84,5	55,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.569	16,1	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.829	16,8	11,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	243.547	132,7	86,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	60.398	32,9	21,6
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

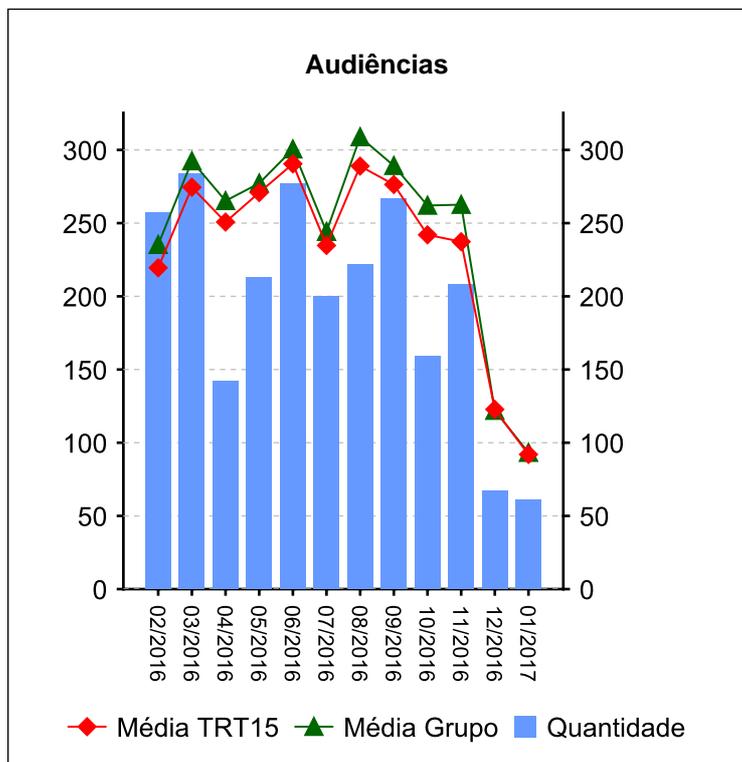


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

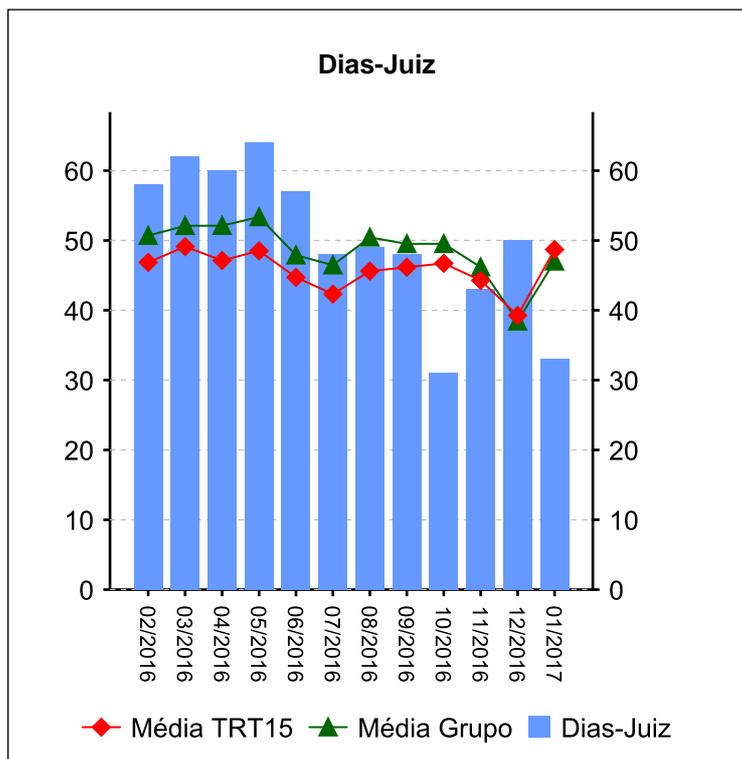
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	0	3	0	80	174	257
03/2016	0	0	0	87	197	284
04/2016	0	1	0	27	114	142
05/2016	0	0	0	7	206	213
06/2016	8	23	0	38	208	277
07/2016	0	0	0	32	168	200
08/2016	1	3	2	16	200	222
09/2016	0	27	0	19	221	267
10/2016	1	4	0	30	124	159
11/2016	5	10	0	44	149	208
12/2016	1	4	0	12	50	67
01/2017	0	0	0	8	53	61
Total	16	75	2	400	1864	2357



Dias-Juíz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	58
03/2016	62
04/2016	60
05/2016	64
06/2016	57
07/2016	48
08/2016	49
09/2016	48
10/2016	31
11/2016	43
12/2016	50
01/2017	33
Média Mensal	50,2



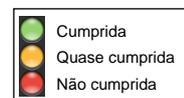
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

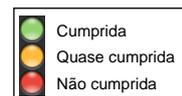
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2809	2480	329	234	207	88 % 



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

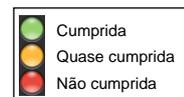
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2048	1843	2160	0	207	60	29 % 	100 % 



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
396	395	1	33	33	100 % 





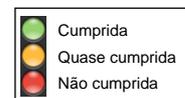
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

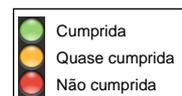
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
4	4	0	0	100 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
215	212	211	100 % 





12 - ARRECADAÇÃO [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 38.683,88	R\$ 175.458,44	R\$ 94,24	R\$ 2.857.154,75



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
2362	2001-2500	15-16	12	13

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho de Santa Bárbara d'Oeste está abaixo dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	04/02/2017	Data de corte:	04/02/2017
Saldo:	3	Saldo:	0
Data do mais antigo	04/02/2017	Data do mais antigo	-
		Total:	3



14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,46, o 10º melhor resultado geral no grupo de 49 Varas com demanda anual média entre 2.001 e 2.500 processos.

Esse índice já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

14.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS:

(fonte: informação da Unidade em 07/03/2017):

- A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G): não há.**
- B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G): não há.**
- C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e): não há.**

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos n° 0010703-68.2016.5.15.0007, 0010525-13.2015.5.15.0086 e 0011385-77.2016.5.15.0086;

15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 15/03/2017, verificou-se a existência de 701 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos n° 0011818-86.2013.5.15.0086, 0011368-12.2014.5.15.0086 e 0011454-46.2015.5.15.0086);

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos n° 0011275-83.2013.5.15.0086, 0010986-19.2014.5.15.0086 e 0010961-69.2015.5.15.0086;

15.4 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora;

15.5 – há audiências designadas em 4 dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 15/03/2017 a 31/12/2017;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação alguns processos na fase de execução – foram realizadas 75 no período de 02/2016 a 01/2017;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,52 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD (01/2017). Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Santa Bárbara D'Oeste apresenta 52% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 50,3 dias-juíz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (48,6).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados com exame de mérito de 107,8 (RARIA), enquanto a média do grupo foi de 93,1 (RARIA) e do TRT 94,1. Tanto as médias de feitos solucionados por meio de conciliação (RARIA de 52,6) como de outros julgamentos de mérito (RARIA 55,2) foram superiores aos resultados do grupo (respectivamente, 42,9 e 50,2).

Em que pese o bom resultado da Vara do Trabalho de Santa Bárbara d'Oeste, cumpre destacar que a Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) não foi atingida em 2016 (88% de cumprimento), motivo pelo qual os esforços devem ser mantidos para solucionar maior número de feitos, contribuindo com a redução do índice de pendentes de solução.

17 – AUDIÊNCIAS:

Em consulta ao PJ-e realizada em 15/03/2017, às 17h30, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (APROXIMADO)
INICIAIS	-	-	-
UNAS	14/08/2017	0	5 MESES
INSTRUÇÕES	08/08/2017	0	5 MESES
CONCILIAÇÃO/ CON	24/04/2017	-	
CONCILIAÇÃO/ EXE	03/04/2017	-	

Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada, mas processos envolvendo Órgãos Públicos são excluídos de pauta, assim como feitos com pedido dependente de prova pericial – nesse último caso, a audiência de instrução, seria designada apenas após a realização dessa prova técnica, permanecendo fora de pauta até então.

17.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS
(fonte: informação da Unidade)

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	
terça	manhã	8	-	3	-	-	11
	tarde	-	-	-	-	-	
quarta	manhã	7	-	3	-	-	19
	tarde	7	-	2	-	-	
quinta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	
sexta	manhã						
	tarde						



17.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	12	3	2	-	-	24
	tarde	7	-	-	-	-	
terça	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quinta	manhã	10	1				11
	tarde	-	-	-	-	-	-
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando sua realização nas fases de conhecimento, liquidação e execução, embora ainda sem uma pauta fixa. Relata que, a partir de fevereiro, em quase todas as semanas há audiência conciliatória. Informou ainda que o Juiz responsável permanece na Unidade durante a realização dessas audiências.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no item 10.2, verifica-se que a Unidade, nos últimos doze meses, realizou maior média de audiências unas e de instrução (112,6 – RARIA) em comparação com a média mensal do grupo (87,2 – RARIA), bem como com a média do TRT (86,9), resultado que enseja elogios.

De toda forma, sugere-se análise do projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade não enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição de Campinas ao longo do ano de 2016, nem às hastas designadas para 2017. O procedimento verificado foi a alienação por iniciativa particular, mediante corretor cadastrado.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

19.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano – com 88% de cumprimento);

20.4 – atender integralmente o disposto na Portaria GP-CR nº 55/2013, que trata da cumulação das execuções, antes da expedição do mandado padronizado pelo Grupo Interno de Execução, especialmente no que diz respeito a manutenção do devedor do processo agrupado (encerrado) no Banco Nacional de Devedores – BNDT;

20.5 – proceder a regular habilitação e utilizar as ferramentas INFOJUD e SERASA, para o exaurimento das iniciativas do Juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.6 – observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento “rascunho/anotações”, como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo;

20.7 – cumprir o inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “XIV – realizada a pesquisa pormenorizada, em estrito cumprimento ao mandado com amplos poderes de investigação, ao se deparar com novo mandado, oriundo da mesma ou de outras unidades, contra o mesmo devedor, poderão ser utilizadas para instruir essa nova diligência as mesmas informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, desde que a busca não tenha se realizado há mais de 12 (doze) meses”, cabe destacar que ao se valer de certidão anterior, ainda assim, se faz necessária a inclusão dos dados do processo no sistema com nova indicação de execução frustrada a fim de contabilizar as informações do Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, em pesquisa por amostragem (no dia 15/03/2017), processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010897-30.2013.5.15.0086	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando cumprimento de providência – Liq”, “2017/02 – 1ª quinzena”, com último despacho de 16/08/2016 – após o qual há petição informando recuperação judicial da reclamada em 02/09/2016 (sem deliberação judicial quanto ao prosseguimento, embora na aba “anexos” haja indicação da apreciação da petição – ícone azul).	Analisar para prosseguimento. Na mesma tarefa o 0010617-25.2014.5.15.0086, com prazo para comprovação de recolhimentos previdenciários vencido desde novembro.
2	0011838-43.2014.5.15.0086	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamento – Liq”, “2017/02- 2ª quinzena” desde 24/08/2016. Verifica-se acordo celebrado para pagamento em 4 parcelas mensais após a homologação (data de 29/07/2016).	Verificar a possibilidade de arquivamento ou eventuais pendências. Importante zelar para que as subcaixas reflitam o prazo efetivamente aguardado, o que não se verificou no caso.
3	0011012-80.2015.5.15.0086	Processo eletrônico na tarefa “Análise de Liquidação” desde 16/02/2017. Verifica-se que na sentença de homologação de cálculos há previsão para que, na ausência de pagamento espontâneo será cumulada à execução no processo piloto nº 0011199-59.2013.5.15.0086. Observa-se que a fase de execução não foi iniciada (para fins de e-gestão), e ainda mais grave, no despacho que estabelece os procedimentos a serem observados para cumulação, está determinada a exclusão do BNDT dos devedores do processo agrupado e a liberação de eventuais restrições/indisponibilidades para arquivamento, o que contraria o normatizado neste Regional.	Observar a Portaria GP-CR nº 87/2015, que alterou a Portaria GP-CR 55/2013, determinando a manutenção do devedor no BNDT mesmo no caso de arquivamento de execuções agrupadas.
4	0012153-37.2015.5.15.0086	Processo eletrônico com tramitação prioritária na tarefa “Prazos vencidos-liq” desde 14/02/2017 (o mais antigo nessa tarefa é de 12/02/2017). Verifica-se ter decorrido o prazo para pagamento sob pena de início da execução.	Determina-se o prosseguimento e a priorização dos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores. Também o processo 0010403-63.2016.5.15.0086 (tarefa “preparar comunicação” desde 06/02/2017) indica, além da fragmentação de tarefas e ausência de tramitação efetiva, a necessidade de priorizar atos em feitos que aguardam pagamento (há homologação de cálculos aguardando a notificação para iniciar prazos).
5	0162000-36.2003.5.15.0086	Processo eletrônico na tarefa	Embora recente, a ausência de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		“Aguardando audiência – exec”, no entanto, verifica-se que a audiência de tentativa de conciliação ocorreu dia 13/03/2017.	tramitação indica que pode haver fragmentação após assinatura da ata, assim, frisa-se que apenas processos que terão audiência futura devem aguardar na tarefa.
6	0000836-47.2012.5.15.0086	Processo eletrônico de rito sumaríssimo na tarefa “Aguardando final do sobrestamento” desde 12/05/2016. Verifica-se que aguardava julgamento de Embargos de Terceiro, e que há petições não apreciadas (conforme indicado na aba “anexos”) informando decisão dos ET nº 0011750-68.2015.5.15.0086, assim como juntada de substabelecimento e renúncia desde 28/10/2016.	Determina-se a análise e o prosseguimento do feito.

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Fase de conhecimento

A Unidade adota a pauta automatizada, mas exclui as demandas que envolvem órgãos públicos e os feitos com pedido que requerem a realização de perícias.

São realizadas audiências UNA, com perícia, na hipótese da empresa TÊXTIL CANATIBA. Nesse caso, não havendo acordo, as testemunhas são ouvidas (independentemente de intimação que, se requerida, a intimação é entregue à parte, a fim de que ela convide a testemunha) e a perícia é designada. Na hipótese, não há pré-agendamento da audiência de prosseguimento, porque tiveram a experiência de que a produção da prova pericial, com esclarecimentos, concluíam-se antes da data agendada.

Considerando a adoção da prática do controle de perícia, sem a designação da audiência de prosseguimento, a Corregedoria determina que a Unidade, doravante, designe audiência de instrução no mesmo ato em que for determinada a perícia.

Notificação eletrônica. Não é aplicada, porque não houve aceite das reclamadas. Todavia, a Corregedoria sugere que, dentro do possível, sejam esclarecidas as vantagens do procedimento, a fim de que as demandadas sejam convencidas a concordar.

No tocante aos processos pós-pauta e a informação de que a Unidade faz um controle próprio, a Corregedoria orienta o seguinte procedimento: que, no sistema PJE,



após a importação das audiências do sistema AUD para o PJ, seja selecionada a aba “Audiências/Integração com AUD/Verificar audiências importadas”. Aberta a janela “Sistema AUD – Importação” e definido o dia ou período da audiência com a qual se trabalhará e, ainda na janela “Sistema AUD – Importação”, que sejam selecionados o processo, selecione a última aba à direita “Observação” e ali, registre um breve relato das deliberações de audiência, inclusive, mencionando o nome do magistrado que a realizou. Assim, ao consultar o agrupador “Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)”, aquele breve relato fica, facilmente, visível na coluna “Ações”.

b) Fase de liquidação

Constata-se a manutenção do mesmo procedimento informado na correição anterior: customização por empresas. Dessa forma, conforme o caso, intima-se o autor, a reclamada ou, prontamente, já se designa perícia contábil. Homologado o cálculo e havendo o pedido de pagamento de forma parcelada, o deferimento se dá com a ordem para depósito direto na conta do exequente ou de seu advogado, evitando-se com isso a expedição de guias de retirada.

Não adotam a prática de intimar a reclamada para apresentação de cálculos e depósito do valor que a demandada entende devido.

Realizam, periodicamente, audiências de mediação, as quais são conduzidas pelo diretor.

c) Fase de execução

Não fazem remessa para a hasta pública, havendo a prática da venda direta.

No tocante às requisições de pequeno valor e a necessidade de se fazer o registro correto do resultado (RPV QUITADA), é entregue à Unidade o rol de processos para análise e regularização.

Constata-se a relevância de buscar convênio com os cartórios de registros civis, a fim de apurar o estado civil da parte executada.

Aplicação de SERASA tem sido realizada com algum sucesso que, com frequente utilização, deve aumentar esse êxito.

A Corregedoria pede atenção e insistência para uso do “rascunho/anotações”, bem como, da parametrização. A equipe relata, como exitosa, a seguinte prática: RENAJUD positivo, mas de bem não livre e desembaraçado, cujo bloqueio de circulação seguido da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



intimação da parte provocava a quitação da execução, contudo, ao longo da reunião, constata-se que não se trata de circunstância frequente, razão pela qual a Corregedoria insiste na observância dos registros do EXE15 com anexação do documento “rascunho/anotações”.

d) Reunião com o Diretor:

A Corregedoria reuniu-se com senhor Diretor de Secretaria, oportunidade em que foram relatados os resultados obtidos durante a correição, assim como, os fatos identificados nas reuniões com as equipes, por exemplo, que os servidores compreendem o papel seus e o que a Instituição espera de cada um para cumprir suas missão.

Verifica-se que o bom nível de gestão, o comprometimento e a ótima integração entre os servidores propiciam um ambiente de trabalho saudável, contribuindo sobremaneira para a qualidade de vida de seus integrantes e para os resultados alcançados. Por tais razões, são consignados elogios aos Magistrados e servidores.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Recebeu a Dra. Maicira Baena Alcalde Pereira de Sousa, OAB/SP nº 96.179-D, Secretária Geral Adjunta da OAB local, que teceu elogios aos Magistrados e servidores.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular está autorizado a residir fora da jurisdição (P.A. 008800-81.2008.5.15.0897), enquanto os MM. Juízes Substitutos residem na sede da circunscrição.

24.2 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 192/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 21 de março de 2017, às 16 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.